

# A PRESENÇA DO FEMININO NA LITERATURA ESCRAVISTA DE MACHADO DE ASSIS E MARIA FIRMINA DOS REIS

Ariane Barbosa Garcia (UNICSUL)<sup>1</sup>

Helba Carvalho (UNICSUL/UNICID)<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo tem como finalidade apresentar um estudo analítico sobre os contos *Pai contra mãe*, de Machado de Assis, e *A escrava*, de Maria Firmina dos Reis, a partir do uso de pressupostos teóricos da Análise do Discurso de linha francesa, de Dominique Maingueneau (2008, 2015) e da Estilística, segundo Nilce Sant’Anna Martins (2012), no qual se analisa a relação entre a História e a Literatura por meio desses contos em que a temática da escravidão marca os seus discursos. Para que seja possível mostrar a importância da presença da mulher negra e seu papel na sociedade e na literatura desses autores, a reflexão teórico-analítica abordará as personagens escravizadas presentes em ambos os contos.

**Palavras-chave:** Contos; Escravidão; Mulher; Estilística; Análise do Discurso.

## Introdução

Este texto fundamenta-se em uma abordagem interdisciplinar entre Literatura e História, partindo do contexto histórico dos contos de dois autores brasileiros que focalizaram direta ou indiretamente o período de escravatura e, desta forma, mostram que, a partir de um texto literário, é possível encontrar o discurso do período escravista existente no Brasil.

Maria Firmina dos Reis possui um papel importante, já que no século XIX a escrita pública era um ato de autoria masculina, era raro existirem mulheres que se aventuravam no mundo das letras e, quando decidiam escrever, falavam sobre coisas ditas “triviais” como, amores, poesias com excesso de sentimentalismo e todo o cotidiano feminino. Falar de assuntos considerados “importantes”, como

---

<sup>1</sup> Graduanda em Letras Português/Inglês e Pedagogia pela Universidade Cruzeiro do Sul. E-mail: contato.arianegarcia@outlook.com

<sup>2</sup> Doutora em Filologia e Língua Portuguesa pela FFLCH da USP. Mestre em Literatura Brasileira, bacharel e licenciada em Letras pela mesma instituição. E-mail: augustomatraga@yahoo.com

escravidão e abolição, era somente para os homens, sendo assim, os escritos de Maria Firmina ficaram esquecidos por muito tempo, talvez por ser uma obra de cunho singular ou apenas pela singularidade de ser uma obra de autoria feminina.

Maria Firmina dos Reis era uma mulher negra e bastarda. Ela foi considerada a primeira romancista do Brasil e a primeira voz feminina que relatou a temática do negro de forma crítica na sociedade. Neste artigo, será analisado o conto *A escrava*, que apresenta a visão de uma mulher sobre o período vivido a partir de uma avaliação crítica sobre a sociedade oitocentista.

Já Machado de Assis não é um autor desconhecido, seu nome é frequentemente citado por diversos estudiosos; teses e artigos de pesquisadores e críticos literários também trazem diferentes olhares sobre o trabalho do autor. Com base nisso, a análise do conto *Pai contra mãe* se tornou o foco para entender a construção da ponte entre a História e a Literatura.

Os contos que serão analisados têm como símbolo da escravidão personagens femininas que possuem representação e posição distintas no discurso de cada autor. A história e a literatura, desde o começo dos tempos, foram escritas, em sua maioria, por homens que não se preocuparam em representar a posição da mulher na sociedade ou dar voz a ela. Entretanto, alguns dos textos literários que possuem a temática escravista, apresentam, muitas vezes, uma mulher como símbolo da escravidão.

A mulher negra e escrava foi inúmeras vezes retratada como figura da escravidão em textos literários, mas raramente apresentando a realidade da situação que ela vivia todos os dias. Nesses contos trazidos aqui, todos os símbolos da escravidão são mulheres, algumas que possuem uma voz ativa para contar sua história de vida ou mulheres que quase não possuem falas, mas que sem sua presença o conto não faria sentido algum.

Por fim, ao analisar os contos dos presentes autores, foi estabelecida uma relação entre o discurso histórico e o discurso literário, através de uma perspectiva interdiscursiva de Dominique Maingueneau (2015) e estilística, segundo Martins (2012).

## **1 A perspectiva interdiscursiva para a análise de contos**

Pode-se definir discurso como um efeito de sentido entre locutores, ou seja, entre sujeitos que se comunicam, além de ser os princípios, valores e significados que estão subentendidos em um texto. Dessa forma, pode-se dizer que discurso é um dos níveis de sentido de um texto, que permite identificar as relações entre o texto e o contexto. Maingueneau, em seu livro *Discurso e Análise do Discurso* (2015, p. 29-30), diz que

quando se olha para a literatura como discurso (Maingueneau, 2004a), é-se levado a contestar a divisão tradicional dos estudos literários em

duas vertentes: uma que se volta para o texto, encarado em si mesmo, e outra para o contexto (a vida do autor, um ou outro aspecto da época na qual ele viveu).

A partir do que foi citado, pode-se perceber que o principal objetivo da Análise do Discurso é mostrar as relações entre linguagem, história e sociedade. Ela faz isso através dos efeitos de sentido. No entanto, muitas vezes esses sentidos não estão no que é dito e sim, no que está subentendido, nas relações entre os discursos presentes. Maingueneau (2015, p. 28) afirma que “o discurso só adquire sentido no interior de um imenso interdiscurso”. É possível observar a partir disso que “qualquer enunciação é dominada por um interdiscurso que a atravessa sem que ela se dê conta disso” (L. ALTHUSSER, *apud* MAINGUENEAU, 2015, p. 28). Dessa forma, a Interdiscursividade permite que sejam relacionados os discursos de dois autores diferentes, com ideologias diferentes, a partir de enunciados das práticas sociais brasileiras sobre o período escravocrata.

## **2 A escrava grávida e a criança “não vingada” em *Pai contra mãe*, de Machado de Assis**

Machado de Assis foi um autor atípico na história da literatura brasileira, pois ao analisar os textos que escreveu, nota-se que é mais do que possível fazer uma analogia entre a história e a ficção e o conto *Pai contra mãe* é um exemplo perfeito disso. A partir de duas personagens (Cândido e Arminda), Assis apresenta a realidade da sociedade escravista do século XIX, principalmente ao retratar situações do cotidiano do “capitão do mato” e da escrava, além da posição que os dois tinham perante seus senhores e as relações e divergências entre eles.

Ao esclarecer isso, é possível perceber a interdiscursividade entre o discurso histórico e o literário, pois o autor, por meio da ficção, retrata o corpo social do Brasil imperial escravista. Sobre a interdiscursividade, Maingueneau diz que:

Nossa própria hipótese do primado do interdiscurso inscreve-se nessa perspectiva de uma heterogeneidade constitutiva, que amarra, em uma relação inextricável, o Mesmo do discurso e seu Outro. Essa hipótese, se não for mais detalhada, acaba por reencontrar um certo número de orientações que gozam atualmente de grande prestígio no campo das ciências humanas, e em particular no domínio da análise textual (MAINGUENEAU, 2008, p. 31-32).

É possível observar que a heterogeneidade constitutiva é uma relação entre o interior e o exterior de um discurso, e assim, o Outro pode não ser uma presença de extrema evidência no texto. Dessa forma, ao analisar o texto literário e a forma como este representa simbolicamente os aspectos históricos, observa-se como Machado de Assis interpreta o seu tempo, mostrando as características do mundo

em que vivia e, assim, pode-se estabelecer então, um entendimento do contexto através do autor-historiador.

No caso do conto *Pai contra mãe*, o foco principal não é o senhor, mas o escravo e o homem livre, ambos excluídos da sociedade. A narrativa se inicia com uma descrição de cunho informativo, no sentido de inserir o leitor no discurso histórico, que apresenta aparelhos e ofícios da escravidão. Sendo assim, os cinco primeiros parágrafos assemelham-se ao estilo de uma crônica informativa, como as boas crônicas machadianas.

No primeiro parágrafo, o enunciador diz que “A ESCRAVIDÃO levou consigo ofícios e aparelhos, como terá sucedido a outras instituições sociais” (ASSIS, 1994, p. 02). A palavra “escravidão”, em letras maiúsculas, mostra que o autor já desejava deixar estabelecido o tema que seria abordado no conto, além de dar ênfase ao período escravocrata, tentando lembrar aos seus leitores que os problemas da escravidão ainda persistiam e precisavam ser discutidos. Além disso, o enunciador faz um recorte do período histórico que queria apresentar, estabelecendo uma determinação temporal, marcando a presença do interdiscurso. Retomando Maingueneau (2015), todo discurso, sendo atravessado pela interdiscursividade, advém de um interdiscurso, no caso do conto, apresenta um discurso histórico do período escravista, principalmente ao falar sobre esses “ofícios e aparelhos”, ao mostrar que o Mesmo possui um conhecimento social, político e econômico do campo discursivo escravista, o Outro. Dessa forma, o enunciador, além de expor o que acredita, revela que é um sujeito que é parte de um corpo histórico-social, passa a interagir com outros discursos, procurando, entre o Mesmo e o Outro (MAINGUENEAU, 2015), constituir-se sujeito autor do discurso.

Ao dizer “A ESCRAVIDÃO levou consigo ofícios e aparelhos, como terá sucedido a outras instituições sociais” (ASSIS, 1994, p. 02), o enunciador explica que, com o fim da escravidão, os trabalhos daqueles que viviam através do sistema escravocrata e os aparelhos utilizados para a tortura e a punição dos escravos se extinguíram, mas é importante lembrar que, mesmo encerrado o uso dos “ofícios e aparelhos”, a abolição da escravatura não eliminou os efeitos que sua existência trouxe para o meio social, ou seja, a escravidão física poderia ter sido extinta, mas os problemas políticos e sociais haviam permanecido. São a essas lembranças que Assis decide se dedicar no conto, visto que essa narrativa foi escrita em 1906, neste momento, já havia sido abolida a escravidão e o Brasil era uma República.

Observa-se que os cinco primeiros parágrafos, apresentam características do gênero crônica, visto que o texto trata de uma realidade mais objetiva (fria e calculada). O enunciador apresenta os fatos como uma testemunha que viveu o período escravista, pois revela um grande entendimento da condição sócio-histórica de produção, principalmente ao explicar detalhadamente os aparelhos que eram usados para torturar os escravos. Ele descreve vários objetos, o que mostra a diversidade de formas de tortura. Logo depois, comenta sobre a máscara de folha-de-flandres, que tinha como objetivo impedir que os escravos tivessem acesso

a sua boca e não conseguiam ingerir alimentos. Muitos ingeriam álcool, pois os escravos tinham o costume de se embriagar para esquecer da realidade desumana que viviam. No conto, isso fica bem explícito quando o enunciador diz: “Com o vício de beber, perdiam a tentação de furtar, porque geralmente era dos vinténs do senhor que eles tiravam com que matar a sede, e aí ficavam dous pecados extintos, e a sobriedade e a honestidade certas” (ASSIS, 1994, p. 02).

Esses “dous pecados” que o enunciador apresenta, é uma forma de mostrar dois discursos que eram presentes: o da igreja católica e o do senhor de escravos. O primeiro permitia abertamente a escravidão e era “uma instituição em escala maciça de capital escravo” (LARA, 1988, p. 216). Eles sempre faziam críticas aos abusos e às violências presentes no sistema, mas sempre defendiam a sua continuação, chegando até a utilizar passagens do Velho e do Novo testamento para justificar. Dessa forma, a igreja apoiava a punição do escravo, desde que tivesse uma justificativa adequada, no caso, o roubo e a embriaguez, o vício, portanto, dois pecados capitais. Já o segundo, para não receber críticas sobre a extrema violência, usa como desculpa esse roubo e embriaguez para utilizar o aparelho de tortura, como uma forma de punição, mas como dito anteriormente, a agressão representava prazer para os senhores de engenho e mostrava, também, sua dominação perante os negros, impedindo-os de se expressar.

Dito isso, o enunciador já esboça o seguinte comentário: “Era grotesca tal máscara, mas a ordem social e humana nem sempre se alcança sem o grotesco, e alguma vez o cruel” (ASSIS, 1994, p. 02). A conjunção adversativa “mas” apresenta um enunciado adversativo cujo enunciador, que logo após dizer que “era grotesca tal máscara”, opõe-se a um Outro, que se mostra o contrário, e um interdiscurso é apresentado com um discurso histórico revelador da ordem social da época na qual se configurava daquela maneira, cruel. Dessa forma, o enunciador esboça sua opinião, mas explica que a sociedade, com o seu passado histórico enraizado, possui mais influência, principalmente ao ditar as regras que regem a sociedade escravista. O tom do enunciador não é de revolta, mas ele leva o assunto com naturalidade e é nela que se encontra a ironia machadiana, pois essa naturalidade não poderia ocorrer. No entanto, era assim que a sociedade escravista lidava com a escravidão, visto que era uma situação comum no Brasil oitocentista.

A presente afirmação demonstra que a estrutura escravocrata não funcionaria sem a agressão e a violência. Nota-se que o vocábulo “grotesco” aparece duas vezes no fragmento. Na primeira, como um adjetivo no feminino, para caracterizar como era a máscara e, na segunda, no masculino, como substantivo, para esboçar a ironia do autor, já que ao utilizar um aparelho grotesco que impedia o escravo de comer ou falar, era uma ação claramente desumanizadora, que não resultaria em uma ordem social e, principalmente, humana. Nesse sentido, há a presença de um avesso e direito, pois para os escravocratas, a ideia de usar o grotesco ou o cruel para se estabelecer uma “ordem social e humana” é o correto, enquanto para os abolicionistas, é o contrário. Dessa forma, o avesso é uma forma de desestruturar

o discurso escravocrata. Fiorin (2015, p. 221) define a ironia como “um recurso utilizado para desestabilizar o adversário”, que é exatamente o que Assis faz ao elaborar o discurso do enunciador.

Já no segundo parágrafo, o enunciador começa a falar sobre o ferro no pescoço usado pelos escravos fujões; o nome do aparelho era Limbambo. Basicamente, era uma coleira de ferro que ficava no pescoço e dele saía uma haste longa, também de ferro, que ficava acima da cabeça e em sua ponta havia um chocalho que fazia barulho quando o escravo andava. Além disso, essa haste ainda tinha a função de atrapalhar a fuga do escravo, pois ele poderia ficar preso em arbustos e árvores (SANTOS, 2013). Esse aparelho mostra o quão comum era a fuga de escravos no Brasil, o que é apresentado com mais profundidade nos parágrafos seguintes.

Ao finalizar o parágrafo com o enunciado adversativo “mas não cuidemos de máscaras” (ASSIS, 1994, p, 02), o enunciador estabelece que as máscaras seriam o verdadeiro funcionamento da sociedade escravista do século XIX e que falar sobre isso não é o seu desejo. Sua vontade é mostrar as verdadeiras crueldades do escravagismo, apresentando a dominação da estrutura social brasileira, pois Candinho, personagem do conto, retrata a posição do pobre no Brasil, vivendo em uma situação de miséria. Já Arminda é a escrava que não possui direitos e é dominada por Cândido que, por sua vez, é dominado pelo dono da escrava, que lhe pagaria alguns trocados pela negra foragida. Segundo Martins (1997, p. 99),

a metáfora pode ocorrer com substantivos, adjetivos e verbos, mas é a metáfora de substantivo que se apresenta em formulações diversas. Na metáfora de substantivo tem-se a relação entre dois substantivos (A, termo real; B, termo imaginário), entre os quais se encontram traços comuns (semelhança), descobertos pelo escritor quando se trata de expressão original (MARTINS, 1997, p. 99).

Dessa forma, há aqui uma metáfora presente no substantivo “máscaras”, pois o enunciador não quer falar sobre a máscara utilizada para tortura dos escravos e sim, a máscara social presente na condição sócio-histórica de produção brasileira. Cândido utiliza de uma máscara de liberdade que na verdade não existe, porque ele depende dos senhores para sobreviver, mas ao dominar um escravo, ele acredita que tem um poder sobre ele. É sobre essa máscara social que o autor deseja explorar, pois como o enunciador disse logo no início do conto, que a escravidão havia acabado, as máscaras de folha-de-flandres também não eram mais utilizadas, então não havia motivos para falar mais sobre elas. Já a máscara social permanece mesmo após a escravidão, pois os negros não foram inseridos na sociedade brasileira após a abolição e os pobres e livres não tinham nenhuma qualidade de vida, ambos viviam marginalizados.

No terceiro parágrafo do conto, o enunciador apresenta afirmações que exprimem ao máximo a ironia machadiana, pois há novamente a inserção do discurso do Outro. Um exemplo, é ao dizer que “os escravos fugiam com frequência. Eram

muitos, e nem todos gostavam da escravidão” (ASSIS, 1994, p. 02), porque não há uma pessoa que deseje viver em uma das situações mais desumanizadoras existentes na história. O enunciador continua com essa ironia até o momento que diz “sucedia ocasionalmente apanharem pancada, e nem todos gostavam de apanhar pancada” (ASSIS, 1994, p. 02). Esse tom sarcástico é uma crítica implícita às violências presentes no período, pois não há alguém que gostaria de sofrer a dor que esses aparelhos de tortura causavam nos escravos.

Ao utilizar o advérbio de modo de base nominal “ocasionalmente”, o enunciatador acentua ainda mais a ironia do texto, principalmente após dizer que “o mesmo dono não era mau” (ASSIS, 1994, p. 02). O sufixo -mente presente no vocábulo mostra a intensidade das ações das agressões físicas sofridas pelos escravos. Essa reprodução do discurso do Outro, portanto, dos donos de escravos através de um enunciatador criado por um autor afrodescendente, mostra uma divergência aparente entre os discursos dos senhores de escravos e do autor, pois o enunciatador, sendo criado por Assis, discorda implicitamente do discurso do dono de escravos. Sobre isso, Maingueneau (2008, p. 36-37) diz que “no espaço discursivo, o Outro não é nem um fragmento localizável, uma citação, nem uma entidade externa; não é necessário que ele seja localizável por alguma ruptura visível da compacidade do discurso”, sendo assim, há no conto a percepção que o autor tinha da sociedade na qual vivia, ou seja, de seu Outro.

Nos quarto e quinto parágrafos, o enunciatador apresenta ao leitor o ofício que havia se acabado com o fim da escravidão: capturar escravos fujões. O trabalho era simples, “quem perdia um escravo por fuga dava algum dinheiro a quem lho levasse” (ASSIS, 1994, p. 02). Logo depois, conta que tudo era feito a partir de anúncios nos jornais e descreve exatamente como eram: “Punha anúncios nas folhas públicas, com sinais do fugido, o nome, a roupa, o defeito físico, se tinha, o bairro por onde andava e a quantia de gratificação” (ASSIS, 1994, p. 02). As descrições feitas pelo enunciatador são totalmente verossímeis em relação a algum anúncio verídico. Mais adiante, ainda no mesmo parágrafo, o enunciatador reproduz um discurso de Outro ao dizer que “quando não vinha a quantia, vinha a promessa: “gratificar-se-á generosamente”, ou “receberá uma boa gratificação” (ASSIS, 1994, p. 02). Ao colocar entre aspas, o autor mostra que está citando um Outro que estabelece o discurso histórico presente, o que comprova a presença de uma heterogeneidade mostrada, ou seja, um discurso exibido de forma explícita.

No quinto parágrafo, o enunciatador explica como a profissão de capitão do mato era vista pela sociedade, ao mostrar que não era um trabalho nobre, mas “trazia esta outra nobreza implícita das ações reivindicadoras” (ASSIS, 1994, p. 03), pois sua função era devolver a propriedade que era de direito do senhor através da lei. Logo depois, o enunciatador fala que o homem não escolhe fazer esse serviço por prazer ou por estudo. Geralmente, a pobreza, a falta de opções de serviço ou a vontade de servir, faz com que escolham esse trabalho que tem como função “pôr ordem à desordem”. Pode-se notar, que o enunciatador volta a falar sobre a

ordem, retomando sua fala anterior ao dizer que “a ordem social e humana nem sempre se alcança sem o grotesco, e alguma vez o cruel” (ASSIS, 1994, p. 02). Esse retorno à ordem é uma forma do autor exprimir no discurso do enunciador uma crítica à situação pós-abolição, visto que os homens livres que viviam do trabalho escravocrata não tinham mais uma fonte de renda e os negros libertados não foram inseridos no corpo social brasileiro e, assim, ambos, homem livre e negros forros, eram marginalizados na sociedade.

A partir do sexto parágrafo, as posições dos discursos se invertem. O discurso primeiro que até o momento representava o discurso histórico, agora assume a posição de discurso segundo, para que o discurso literário assuma o protagonismo. Percebe-se, então, a hibridização de dois gêneros textuais (a crônica e o conto), que é chamada de Intergenericidade. Sobre isso, Neto e Araújo (2012) dizem que “entendemos que haverá intergenericidade quando for possível enxergar, num mesmo enunciado, traços de pelo menos dois gêneros, e um deles prevalecer para a sua identificação. Geralmente esse traço é o propósito comunicativo” (NETO; ARAÚJO, 2012, p. 285). Observou-se que os parágrafos iniciais traziam características claras de uma crônica informativa, pois não apresentavam itens ficcionais e sim, informações comentadas sobre uma realidade. A partir do sexto parágrafo, o autor começa a inserir a história de Cândido Neves, o que torna a materialidade do discurso um conto.

No sexto parágrafo, o leitor é inserido na parte ficcional da história, sendo apresentado a Candinho, um homem pobre que trabalhava como uma espécie de capitão do mato (mesmo não sendo uma profissão efetivamente), por não conseguir se estabelecer em nenhum outro emprego. O discurso literário, em sua materialidade ficcional, começa ao se apresentar a história de Cândido Neves, conhecido pelos próximos como Candinho – torna-se caçador de escravos fugidos por não ser a favor de nenhum outro trabalho. Casa-se com Clara, uma moça pobre que mora com a tia, chamada Mônica, que tem como trabalho a costura. Clara engravida e, quando a criança nasce, o trabalho de capitão do mato começa a escassear e a situação socioeconômica da família se torna insustentável. Vendo que a situação estava longe de melhorar, Mônica sugere a roda dos expostos ao recém-nascido. Candinho, enquanto levava o filho para a instituição, captura a escrava Arminda, grávida e foragida. Cândido acaba levando a escrava para o dono e recebe a recompensa de cem mil réis. Arminda aborta ali mesmo, na visão do capitão e do senhor. Logo após o ocorrido, Candinho decide levar seu filho para casa e não para a roda dos expostos.

Pode-se observar, também, a ironia presente nos nomes das personagens do conto. Cândido significa aquele que apresenta pureza, inocência; que denota candura (HOUAISS, 2015, p. 174). Essa significação não condiz com as características da personagem, pois o comportamento de Candinho sempre se mostrou perspicaz, ardiloso e egoísta. A pobreza da personagem faz com que ele tenha que se inserir no sistema escravista e, por sua vez, participar de seu funcionamento

econômico, já que os “portugueses e brasileiros foram os maiores traficantes de escravos ao longo de séculos” (GOMES, 2019)<sup>3</sup>. Dessa forma, por não possuir bens, Cândido se mostra submisso a esse sistema grotesco, que ajuda a estabelecer uma ordem social e humana.

Outra personagem que é indispensável para a análise é Arminda. Seu nome é a forma feminina de Armando e tem a mesma significação. Segundo Obata (2002, p. 35), Armando significa “homem da guerra ou das armas”. Mais uma vez, há um nome que não condiz com a posição da personagem, já que Arminda é uma escrava que não possui armas para combater a sociedade escravista na qual vive e acaba sendo objeto de domínio de Cândido e, por sua vez, de seu dono.

É possível, a partir da significação do nome e da posição que cada uma das personagens possui no corpo social da condição sócio-histórica de produção escravista, relacionar a situação de Cândido e Arminda. Ambos estão à margem da sociedade: Cândido, por ser pobre e por ter que vestir a máscara social de liberdade, já que ele só era livre legalmente, mas preso social, política e economicamente pelos nobres do Rio de Janeiro; enquanto Arminda é marginalizada por ser mulher, negra e escrava. Dessa forma, Cândido só possui vantagens perante Arminda por ser um homem branco e livre, fora isso, encontra-se em posição semelhante.

Outro ponto indispensável nesse conto, é a posição de Arminda. No momento em que Cândido a encontra, eles começam a se enfrentar e essa escrava lutava pela sua liberdade e pela liberdade de seu filho. Como essa narrativa deve se passar por volta de 1860, sabe-se que a criança nascia escrava e não livre, já que a Lei do Ventre Livre só seria assinada pela princesa Isabel em setembro de 1871, como apresentado por Bandecchi:

Lei nº 9 2 .040, de 28 de setembro de 1871, declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data da lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daqueles filhos menores, e sobre a libertação anual dos escravos (BANDECCHI, 1972, p. 212).

Fica claro que o desespero da mãe não é por sua liberdade propriamente dita, mas pelo futuro que ela gostaria que seu filho tivesse, pois “escravos não tinham custódia ou direitos sobre os filhos, e os filhos não herdavam direitos nem tinham nenhum dever para com os pais” (PATTERSON *apud* LERNER, 2019, p. 115). Quando Cândido entrega Arminda para seu dono, e a pobre mulher, que estava em uma grande situação de estresse, aborta ali, na entrada da casa, em frente aos dois homens que não se sentiam mal por seu sofrimento, é a grande forma do autor representar a presença do patriarcado e da escravidão em uma única ação. Sobre isso, Pinsky, em seu livro *Escravidão no Brasil*, explica que

---

<sup>3</sup> O livro *Escravidão – Volume I* foi citado em sua versão *e-book* e, dessa forma, não possui paginação padrão para ser incluída em sua referência.

a escravidão se caracteriza por sujeitar um homem ao outro, de forma completa: o escravo não é apenas propriedade do senhor, mas também sua vontade está sujeita à autoridade do dono e seu trabalho pode ser obtido até pela força. Esse tipo de trabalho não se limita, pois, à compra e venda da força de trabalho [...]. Na escravidão, transforma-se um ser humano em propriedade de outro, a ponto de ser anulado seu próprio poder deliberativo: o escravo pode ter vontades, mas não pode realizá-las (PINSKY, 2010, p. 08).

Observa-se que a mulher era um objeto de trabalho, um investimento feito, e sem liberdade para expor seus sentimentos, dores, pesares e vontades. Por conseguinte, é possível observar melhor o título do conto: “Pai contra mãe” estabelece uma oposição entre duas figuras parentais, a partir da preposição “contra”, presente entre eles. Gerda Lerner, em seu clássico *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*, afirma que:

As mulheres foram impedidas de contribuir com o fazer História, ou seja, a ordenação e a interpretação do passado da humanidade. Como esse processo de dar significado é essencial para a criação e perpetuação da civilização, podemos logo ver que a marginalização das mulheres nesse esforço as coloca em uma posição ímpar e segregada. As mulheres são maioria, mas são estruturadas em instituições sociais como se fossem minoria (LERNER, 2019, p. 29).

Dessa forma, o vocábulo “Pai” é estabelecido primeiramente, como uma forma de expressar o discurso do patriarcado presente na condição sócio-histórica de produção oitocentista. Arminda é a personagem feminina do conto, que ao mesmo tempo que é colocada como ponto chave para o desenrolar da história, é também apresentada em segundo plano, pois sempre que tentava falar sobre si, Cândido a cortava, com justificativas que exprimem o machismo e o patriarcado, como pode ser visto no trecho a seguir:

-Estou grávida, meu senhor! exclamou. Se Vossa Senhoria tem algum filho, peço-lhe por amor dele que me solte; eu serei tua escrava, vou servi-lo pelo tempo que quiser. Me solte, meu senhor moço!

- Siga! repetiu Cândido Neves.

-Me solte!

-Não quero demoras; siga!

Houve aqui luta, porque a escrava, gemendo, arrastava-se a si e ao filho. Quem passava ou estava à porta de uma loja, compreendia o que era e naturalmente não acudia. Arminda ia alegando que o senhor era muito mau, e provavelmente a castigaria com açoutes, cousa que, no estado em que ela estava, seria pior de sentir. Com certeza, ele lhe mandaria dar açoutes.

-Você é que tem culpa. Quem lhe manda fazer filhos e fugir depois? Perguntou Cândido Neves (ASSIS, 1994, p. 08, grifo nosso).

A sexualização da mulher negra ganha força no Brasil ao longo de todo o século XIX. Segundo Mary Del Priori (2014), os homens brancos sentiam atração pelas negras e mulatas, pois as consideravam exóticas, comparadas às mulheres brancas. O racismo e o desrespeito com essas mulheres era algo considerado comum nesse período, o que trazia ações divergentes entre os senhores que as degradavam e as desejavam ao mesmo tempo. No livro *Genocídio do Negro Brasileiro – Processo de um racismo mascarado*, Nascimento discorre que a mulher negra sempre foi vista como um alvo fácil de abuso e agressão sexual, e explica que isso só foi levado ao conhecimento da população em 1975, com a criação de um manifesto chamado *Manifesto das Mulheres Negras*. Nele é explicado que

as mulheres negras brasileiras receberam uma herança cruel: ser objeto de prazer dos colonizadores. O fruto deste covarde cruzamento de sangue é o que agora é aclamado e proclamado como “o único produto nacional que merece ser exportado: a mulata brasileira”. Mas se a qualidade do “produto” é dita ser alta, o tratamento que ela recebe é extremamente degradante, sujo e desrespeitoso (NASCIMENTO, 2016, p. 61-62).

Essa degradação da mulher, explicada no trecho acima, é representada no conto por Cândido, ao dizer que a escrava que tinha a culpa por “fazer filhos e fugir depois” (ASSIS 1994, p. 08). Não há como saber se o filho que Arminda carrega é fruto de um amor ou de um estupro, já que a escrava sempre se justifica dizendo que seu senhor era muito mau. Essa maldade relatada pode ser por conta dos castigos que a negra sofria diariamente ou por agressões sexuais pela parte de seu senhor, pois como afirma a historiadora Del Priori, “[...] as negras seriam o mesmo que prostitutas, no imaginário de nossos colonos [...]” (PRIORI, 2014, p. 46).

Deste modo, *Pai contra mãe* é um importantíssimo escrito, pois contém informações claras e detalhadas sobre o período de escravidão no Brasil, em especial na Corte do Rio de Janeiro. As tensões sociais causadas pela escravidão e a situação precária dos pobres que viviam naquela sociedade deixam os leitores familiarizados com a verdadeira desumanização vivida naquela época e este é um fato que não pode ser apagado da história brasileira, além de apresentar a mulher como uma grande vítima da situação, como se a gravidez e a fuga para poder tentar criar seu filho da melhor maneira possível, fossem um erro, imoral e incomum.

Também, é adequado comentar sobre a última frase do conto: “nem todas as crianças vigam” (ASSIS, 1994, p. 09). Cândido, ao dizer isso, estabelece uma importante reflexão: mesmo que só Arminda tenha perdido a criança naquela noite, Cândido também não consegue estabelecer nada fixo para seu filho, já que a quantia que ganhou com a escrava não duraria para sempre e seu trabalho, estando cada vez mais escasso, diminuiria as chances de conseguir manter seu filho. Nesse sentido, o enunciador não comenta em nenhum momento sobre o futuro que essa criança teria. Sendo assim, é visto que ambas as personagens são impostas às situações de submissão e marginalidade.

### 3 A luta da mulher negra em *A Escrava*, de Maria Firmina dos Reis

Maria Firmina dos Reis foi uma maranhense, professora, escritora, musicista e lutou durante toda a sua vida pelos direitos dos negros e mulheres no Brasil. Escreveu poemas, contos, crônicas, cordéis e um romance. Suas obras fizeram presença através da imprensa do Maranhão entre os anos de 1860 a 1913, entretanto, não alcançou o sucesso como Castro Alves e Machado de Assis, por exemplo. Hoje em dia, seus escritos ainda são pouco divulgados e estudados (DUARTE *et al*, 2018).

Em *A escrava*, Maria Firmina dos Reis desenvolve, com uma escrita simples, uma crítica mista, entre gênero (masculino e feminino) e raça, através de suas personagens. O conto começa em uma festa da alta sociedade em que os convidados embarcam em uma discussão calorosa sobre o “elemento servil”, e uma mulher, claramente abolicionista, esboça sua opinião sobre o assunto. Para provar o que diz, conta um momento que passou com os escravos Joana e Gabriel, mãe e filho que fugiram de seu dono.

Logo no primeiro parágrafo, quando o enunciador, inicialmente em terceira pessoa, diz que os assuntos que se seguiram ao longo da festa eram “mais ou menos interessantes” (REIS, 2019, p. 175), mostra que, para ele, os acontecimentos da alta sociedade não eram de seu maior interesse, o que acaba sendo confirmado ao estabelecer que o “elemento servil” era “por sem dúvida de alta importância” (REIS, 2019, p. 175). No parágrafo posterior, o enunciador muda, passa a ser em primeira pessoa e uma personagem feminina que, como é dito no conto, tinha “sentimentos sinceramente abolicionistas” (REIS, 2019, p. 175).

É perceptível a escolha da autora em trazer uma mulher com voz ativa sobre um assunto de cunho econômico, político e social como era a escravidão, que resulta em uma quebra na construção costumeiramente patriarcal das obras literárias do período. Sem nomear a narradora, Firmina mostra que qualquer mulher que deseje estudar e dizer seus posicionamentos possuem esse direito, pois ela deve possuir esse direito de livre arbítrio. A enunciativa, no conto, não somente representa toda a classe das mulheres, mas pode representar um *alter ego* de Maria Firmina. Como uma mulher negra e autora claramente abolicionista, queria poder ter a voz para expor as suas opiniões, mas como não tinha esse reconhecimento, passou seu discurso para uma personagem que forma uma espécie de “outro eu”. Reis sabia que ao colocar uma mulher branca como enunciativa, sua voz teria muito mais autoridade do que ela jamais teria por conta de seu *status* socioeconômico e sua cor.

No terceiro parágrafo, Firmina insere no discurso da enunciativa um elemento da mitologia grega, ao dizer que “a moral religiosa e a moral cívica aí se erguem, e falam bem alto esmagando a *hidra* que envenena a família no mais sagrado santuário seu, e desmoraliza, e avilta a nação inteira!” (REIS, 2019, p. 175, grifo nosso). Segundo Kury (2009, p. 241), a Hidra é “uma criatura monstruosa, em forma de serpente com muitas cabeças, às vezes humanas, cujo número variava de

cinco até cem, dependendo das fontes”. Ela consegue ser combatida quando suas cabeças são cortadas, porém, segundo o mito,

as cabeças renasciam à proporção que eram decepadas, e para evitar seu renascimento o herói pediu a Iolau que incendiasse uma floresta vizinha, de onde o sobrinho lhe trazia tições para cauterizar o lugar do corte, impedindo assim a renovação. A cabeça principal era praticamente imortal, mas Heraclés decepou-a e enterrou-a, pondo por cima dela um rochedo enorme (KURY, 2009, p. 242).

A Hidra de Lerna representa uma metáfora a tudo o que há de pior na vida do ser humano e só consegue deixar de ser temida quando é derrotada, ou seja, a paz do homem só surge quando os males que lhe cercam são extinguidos. Dessa forma, quando a autora usa da palavra “hidra” para esboçar um discurso abolicionista, talvez ela queira esclarecer que o elemento servil é a cabeça principal da sociedade e as outras cabeças formam um país marcado pelas desigualdades socioeconômicas, o desprezo pela imoralidade presente na escravidão e o benefício dos donos de escravos ao ter o negro sendo impedido de ter independência econômica, emocional e social.

Para reforçar suas opiniões, no quarto parágrafo, a enunciativa continua a discussão inserindo o discurso religioso ao questionar as pessoas ao seu redor sobre o sangue derramado por Jesus Cristo para salvar a humanidade, pois foi este mesmo sangue que comprou a liberdade, direito que não existia na vida dos escravos. Logo depois afirma:

Por qualquer modo que encaremos a escravidão, ela é, e será sempre um grande mal. Dela a decadência do comércio; porque o comércio e a lavoura caminham de mãos dadas, e o escravo não pode fazer florescer a lavoura; porque o seu trabalho é forçado. Ele não tem futuro; o seu trabalho não é indenizado; ainda dela nos vem o opróbrio, a vergonha; porque de frente altiva e desassombrada não podemos encarar as nações livres; por isso que o estigma da escravidão, pelo cruzamento das raças, estampa-se na frente de todos nós. Embalde procurará um dentre nós, convencer ao estrangeiro que em suas veias não gira uma só gota de sangue escravo...

*E depois, o caráter que nos imprime e nos envergonha!*

*O escravo é olhado por todos como vítima – e o é.*

*O senhor, que papel representa na opinião social?*

*O senhor é o verdugo – e esta qualificação é hedionda*

(REIS, 2019, p. 175-176, grifo nosso).

Notam-se as constantes afirmações desenvolvidas pela enunciativa ao longo de sua narrativa. Há aqui a comprovação das cabeças da Hidra que corroem a sociedade; essas cabeças que representam a vergonha do brasileiro, o vitimismo dos

escravos e os senhores de escravos, os seres cruéis que infligem a dor e a agonia aos negros. Ela não questiona ninguém, não permite que falem ou se defendam; apenas a enunciadora se posiciona e alega claramente a realidade mascarada presente no Brasil. Nilce Sant’Anna Martins escreve em seu livro *Introdução à estilística* (1997) sobre a entonação de palavras, frases e orações e retoma as ideias de P. R. Léon sobre o assunto, ao dizer que a entonação mostrará o plano linguístico e o estado psíquico de um locutor. A entonação sempre terá uma importância imensa quando o assunto é a expressividade e ainda completa que: “no campo linguístico, o papel da entonação é uma função inversa da gramaticalidade do discurso. No plano fonostilístico, o papel da entonação é uma função direta do estado psíquico, real ou fingido” (MARTINS, 1997, p. 61- 62).

Aparentemente, Maria Firmina muda seu jeito de escrever ao começar a contar o fato que presenciou e assim se torna possível perceber que a construção do conto se forma a partir de características de dois períodos literários diferentes: o primeiro, sendo o Romantismo, em especial, a segunda fase do período, mas ainda com traços da primeira fase e, o segundo, sendo o Realismo, pois é importante pensar que o conto foi escrito em 1887, momento em que o Realismo já estava presente no Brasil. Segundo Alfredo Bosi:

O romântico não teme as demasias do sentimento nem os riscos da ênfase patriótica; nem falseia de propósito a realidade, como anacronicamente se poderia hoje inferir: é a sua forma mental que está saturada de projeções e identificações violentas, resultando-lhe natural a mitização dos temas que escolhe. Ora, é esse complexo ideo-afetivo que vai cedendo a um processo de crítica na literatura dita “realista”. Há um esforço, por parte do escritor antirromântico, de acertar-se impessoalmente dos objetos, das pessoas. E uma sede de objetividade que responde aos métodos científicos cada vez mais exatos nas últimas décadas do século (BOSI, 2017, p. 177).

Sendo assim, a partir da perspectiva de Bosi, é possível notar que Maria Firmina se encontra no meio dessa transição. Enquanto um pé se encontrava ainda nas tendências românticas que abrangiam o sentimentalismo e a idealização de sua terra, o outro estava à espreita para expor as mazelas do Brasil escravista, como também, mostrar que naquele período a diferença de gêneros não era somente para estabelecer uma distinção de sexos, mas mostrar que a construção social desenvolvida no país coloca a mulher em posições inferiores em relação aos homens do período, principalmente em se tratando das questões políticas que eram discutidas nesta fase.

Adiante no conto, a enunciadora, que se encontrava extasiada com sentimentos absolutamente românticos, é interrompida com gritos de uma mulher claramente angustiada, que corria no local onde se encontrava: “*De repente uns gritos lastimosos, uns soluços angustiados feriram-me os ouvidos, e uma mulher*

correndo, e em completo desalinho, passou por diante de mim, e como uma *sombra* desapareceu” (REIS, 2019, p.176. Grifo nosso).

Nota-se que o uso da locução “de repente”, no começo do parágrafo, estabelece uma quebra na exaltação da estética romântica que estava sendo representada na materialidade do discurso, e começa a ser desenvolvida no momento que a enunciativa conta uma lembrança que teve. Essa locução, que traz como significado uma ação repentina, de fato resulta em uma ruptura abrupta da estética romântica para a estética realista. Outro ponto do trecho que vale ser comentado é a utilização da palavra “sombra” como uma comparação à mulher. Como dito anteriormente, os negros estavam à margem da sociedade brasileira, ou seja, viviam nas sombras de um país banhado a trabalho, sangue e dor dos escravos que eram excluídos; o poder sobre si mesmos era negado e, principalmente, seu direito sobre o seu próprio corpo. Viver nas sombras era o menor dos problemas dessas pessoas que tentavam sobreviver em meio a tamanho sofrimento e humilhação.

Seguindo com a análise do conto, a senhora despista o feitor e sai em busca da escrava, porém, um homem aparece e a deixa assustada, mas esse susto dura pouco. Aquele não era qualquer homem, era um escravo, que despertou na mulher uma imensa compaixão, como pode ser visto no trecho a seguir:

Era quase uma ofensa ao pudor fixar a vista sobre aquele infeliz, cujo corpo seminu mostrava-se coberto de recentes cicatrizes; entretanto sua fisionomia era franca e agradável. O rosto negro, e descarnado; suposto seu juvenil aspecto aljofarado de copioso suor, seus membros alquebrados de cansaço, seus olhos rasgados, ora deferindo luz errante, e trêmula, agitada e incerta traduzindo a excitação, e o terror, tinham um quê de altamente interessante. No fundo do coração daquele pobre rapaz, devia haver rasgos de amor, e generosidade (REIS, 2019, p. 178).

Essa senhora apresenta uma descrição veementemente humana dos escravos, diferente do comum encontrado em obras de outros autores nacionais que também se diziam contra a escravidão. Reis mostra os negros como pessoas comuns, que possuem inteligência e sentimentos, não são ferramentas de trabalho, são seres humanos que esboçam emoções.

O rapaz, agora também foragido, começa a dizer que sofrerá punições juntamente com a sua mãe, se o feitor os encontrar. Mesmo não descrevendo em detalhes os castigos que sofreriam, sua fala é intensa e angustiante, como mostra o trecho a seguir: “- Amanhã, - continuou ele, - hei de ser castigado; porque saí do serviço, antes das seis horas, hei de ter trezentos açoites; mas minha mãe morrerá se ele a encontrar [...]” (REIS, 2019, p, 179).

A senhora conta ao rapaz que a mãe estava em segurança, porém, a beira da morte e decide levar a escrava e seu filho para a sua casa. Entretanto, a mulher sabia que seu ato possuía graves riscos, pois como ela mesma aponta: “recebia em meu lar dois escravos foragidos, e escravos talvez de algum poderoso senhor;

era expor-me à vindita da lei, mas em primeiro lugar o meu dever, e o meu dever era socorrer aqueles infelizes” (REIS, 2019, p. 181). A legislação brasileira daquele período era clara em relação a pessoas que escondessem escravos foragidos, como diz Malheiro:

Há ainda a notar-se que ninguém deve *acoutar* escravos fugidos, sob pena de ser punido desde que haja fraude ou sciencia da parte de quem os occulta. Em todas as épocas e entre todos os povos, assim tem sido. O Direito Romano contém disposições terminantes a respeito dos escravos fugidos. E a nossa legislação antiga enumera não poucas (MALHEIRO, 1866, p. 29, grifo do autor).

Mesmo correndo tantos riscos por conta de uma lei que, segundo a senhora “infelizmente ainda perdura, lei que garante ao forte o direito abusivo, e execrando de oprimir o fraco” (REIS, 2019, p. 181), não mediu esforços para proteger aquela mãe e seu filho das mazelas que passavam e garantiu todos os cuidados necessários.

Neste momento do conto, há uma ruptura da narração da senhora, pois os dois escravos passam a ter a voz ativa e assumem a posição de narradores, algo novo para a literatura da época. Além disso, ao dar nome aos escravos Joana e Gabriel, Maria Firmina consegue trazer a humanização das personagens, algo que Machado de Assis também realizou em *Pai contra mãe*, comprovando mais uma vez a presença do discurso abolicionista, pois os escravos não eram somente vistos como ferramentas para o trabalho braçal.

Joana começa seu discurso indagando sobre o branco, que se compadeça com um escravo, aquele que é só visto como útil para o trabalho servil e não como um ser humano, como se pode ver no seguinte trecho: “Quem é vossemecê, minha senhora, que tão boa é para mim, e para meu filho? Nunca encontrei em vida um branco que se compadecesse de mim; creio que Deus me perdoa os meus pecados, e que já começo a ver seus anjos” (REIS, 2019, p. 182).

Neste momento, a senhora pergunta quem era esse senhorio tão cruel e Joana decide contar a sua história de vida. Segundo a escrava, sua mãe era africana e seu pai um índio, sendo uma escrava e o outro livre, respectivamente. O pai decidiu trabalhar para conquistar a liberdade de sua filha, fruto desse amor, porém, o cruel senhorio enganou o índio, que não sabia ler, e lhe entregou um simples papel com palavras sem significado, no lugar de uma carta de alforria que seu pai tanto trabalhou para conquistar. Com a morte do pai, a criança teve que começar a trabalhar e descobriu que seu pai havia sido enganado por não saber ler. Anos depois, Joana deu à luz aos gêmeos Carlos e Urbano, mas foram vendidos para a escravidão. Dessa forma, só lhe restou seu filho Gabriel, porém nunca sua dor de perder dois filhos se acalmou. A escrava morreu contando como seus filhos foram levados e implorou para a senhora para que seu filho fosse apadrinhado.

Adiante no conto, há a presença do feitor – o homem com o azorrague – e, em seguida, do dono dos escravos Joana e Gabriel, que estava em busca da captura

do rapaz, já que a escrava se encontrava morta. Esses dois homens são a representação do discurso escravocrata presente no texto, enquanto a luta da senhora pela liberdade de Gabriel simboliza o discurso abolicionista, marcando, assim, o interdiscurso; sendo o primeiro, o Outro, e o segundo, seu Mesmo. O conto é concluído com o dono de Joana e Gabriel tentando capturar o rapaz novamente e decide esboçar a sua indiferença em relação à escrava que havia falecido ao dizer:

- Sei que esta negra está morta, - exclamou ele, - e o filho acha-se aqui; tudo isto teve a bondade de comunicar-me ontem. Esta negra, continuou, olhando fixamente para o cadáver – esta negra era alguma coisa monomaniaca, de tudo tinha medo, andava sempre foragida, nisto consumiu a existência. Morreu, não lamento esta perda; já para nada prestava. O Antônio, o meu feitor, que é um excelente e zeloso servidor, é que se cansava em procurá-la. Porém, minha senhora, este negro! – designava o pobre Gabriel, - com este negro a coisa muda de figura; minha querida senhora, este negro está fugido; espero, mo entregará, pois sou seu legítimo senhor, e quero corrigi-lo (REIS, 2019, p. 187).

Há alguns pontos que devem ser comentados a respeito do fragmento anterior: primeiramente, é evidente que o senhor esboça uma fala educada e amigável para a senhora branca que acoutava seus escravos, o que mostra uma marca de historicidade, já que sendo uma mulher de bom posicionamento social, a personagem deveria ser tratada de forma lisonjeira por um homem de igual situação. Ademais, paralelamente a esse cortês tratamento, o dono dos escravos apresenta um discurso agressivo ao falar sobre os negros, tratando a morte com indiferença e a vida do escravo como objeto. Por fim, afirma que sua vontade é capturar Gabriel para que possa castigá-lo, voltando-se para os aparelhos de punição e tortura dos negros.

Mesmo com todo esse comportamento e postura do dono daqueles escravos, a senhora consegue a documentação para a libertação de Gabriel e o homem se vê sem outra saída a não ser ir embora sem ele. A enunciativa diz que “o senhor Tavares cumprimentou e retrocedeu no seu fogo alazão, sem dúvida alguma mais furioso que um tigre” (REIS, 2019, p. 188). Esse comentário mostra que o discurso abolicionista vence a luta contra os escravocratas. Sem dúvida, é uma forma da autora esboçar o seu sonho na ficção que escreveu, pois não há como não dizer que a maior vontade de Maria Firmina era ter os negros livres, humanizados e respeitados em uma sociedade mascarada por falsas cordialidades.

Dessa forma, é possível pensar no título do conto *A escrava*. Mesmo com uma mulher branca como a enunciativa, o discurso que é enfatizado é da escrava Joana, que simboliza a mulher negra e mãe que lutou e sofreu nas mãos de uma sociedade patriarcal e escravista e, infelizmente, perdeu essa luta, como também os seus filhos que não saíram de sua memória e coração, mesmo em seu leito de morte.

## **4 O discurso escravista de Machado de Assis e Maria Firmina dos Reis**

Machado de Assis e Maria Firmina dos Reis apresentam uma escrita única referente ao tema da escravidão. Trazem, em seus textos, uma crítica à sociedade brasileira na qual viviam. Ressaltam, também, suas opiniões e seus posicionamentos sobre os acontecimentos culturais, sociais, econômicos e políticos de seu país.

Ao relacionar os dois contos, observa-se, primeiramente, a temática das narrativas: possuem como tema base o Brasil escravocrata e as práticas da sociedade do período. Ambos tratam sobre os aparelhos de tortura utilizados nesse período, porém, com abordagens diferenciadas. Machado de Assis descreve detalhadamente como eram esses aparelhos, como funcionavam e o que acontecia com os escravos, com um discurso marcado pela ironia. Já Maria Firmina dos Reis não os descreve como Assis, ela nomeia os aparelhos e os adjetiva, apenas os cita para mostrar as mazelas da escravidão.

Outra relação presente, é que os dois possuem como personagem símbolo da escravidão uma mulher. Machado de Assis apresenta em seu conto *Pai contra mãe*, uma escrava grávida que foge para tentar dar uma vida de liberdade ao seu filho, mas infelizmente aborta ao ser capturada por um capitão-do-mato. Já Maria Firmina escreve sobre uma mãe escrava que perde seus filhos ao serem vendidos para a vida escrava e morre de tristeza por perdê-los ao final do conto.

### **Considerações Finais**

Pode-se perceber que, tanto Machado de Assis quanto Maria Firmina lutaram em vida pelos mesmos objetivos: mostrar as atitudes e os posicionamentos errôneos existentes na sociedade brasileira do século XIX, criticando e apresentando, por meio de suas histórias e personagens, temas importantes como a escravidão e o patriarcado.

Para todas essas situações apresentadas nos contos, mesmo que cada autor possua seu estilo próprio para narrar, as mulheres representam um país marcado pela violência contra o escravo. Cada uma delas, seja Arminda ou Joana, possui em vida algo que mostre que elas são seres humanos: seja no desejo pela liberdade, no amor maternal, seja na simples vontade de ter uma família e um lar. Os autores mostram que o trabalho escravo é bem mais do que mão-de-obra forçada. Ser escravo é ter seus desejos e direitos revogados, é perder a família e deixar seu lar, é derramar sangue por uma terra que não é sua e trabalhar, não para o seu benefício, mas para a sua sobrevivência.

# **THE PRESENCE OF THE FEMININE IN THE SLAVE NARRATIVE FROM MACHADO DE ASSIS AND MARIA FIRMINA DOS REIS**

**Abstract:** This article intends to present an analytical study on the short stories *Pai contra mãe*, by Machado de Assis, and *A escrava*, by Maria Firmina dos Reis based on the use of theoretical assumptions of the French Discourse Analysis, by Dominique Maingueneau (2008, 2015) and on the Stylistics, according to Nilce Sant'Anna Martins (2012), in which the relationship between History and Literature is analyzed through these tales in which the theme of slavery marks their discourses. In order to show the importance of the presence of black women and their role in society and in the literature from these authors, the theoretical-analytical reflection will address the slave characters present in both tales.

**Keywords:** Short stories; Slavery, Woman, Stylistics, Discourse Analysis.

## **Referências bibliográficas**

ASSIS, Machado de. *Obra completa*. Disponível em: <http://machado.mec.gov.br/index.php>. Acessado em: 01 de novembro de 2020, às 14:34.

BANDECCHI, Brasil. *Legislação básica sobre a escravidão africana no Brasil*. Revista de História. São Paulo, ano XXIII, v. 44, n. 89, p. 206-213, 1972.

BOSI, Alfredo. *História concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 2017.

DUARTE, Eduardo de Assis. *Machado de Assis afrodescendente*. Rio de Janeiro: Malê, 2020.

DUARTE, Constância Lima [et al]. *Maria Firmina dos Reis: faces de uma precursora*. Rio de Janeiro: Malê, 2018.

FIORIN, José Luiz. *Argumentação*. São Paulo: Contexto, 2015.

GOMES, Laurentino. *Escravidão*. Vol. 1: Do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares. 1. ed. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019. E-book.

HOUAISS, Antônio. *Pequeno Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. 1. ed. [S. l.]: Moderna, 2015.

KURY, Mário da Gama. *Dicionário de mitologia grega e romana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, v. 8, 1990.

LARA, Sílvia Hunold. *O “castigo exemplar” em campos da violência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*. São Paulo: Cultrix, 2019.

LIMA-NETO, Vicente de; ARAÚJO, Júlio César. Por uma rediscussão do conceito de intergenericidade. In *Linguagem em (dis)curso*, v. 12, n. 1, p. 273- 297, 2012.

- MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso e análise do discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos discursos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. *A escravidão no Brasil: Ensaio histórico-jurídico-social*. Rio de Janeiro - Typografia Nacional - Rua da Guarda Velha, 1866.
- MARTINS, Nilce Sant'Anna. *Introdução à Estilística*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.
- NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: Processo de um racismo mascarado*. São Paulo: Perspectiva, 2016.
- OBATA, Regina. *O livro dos nomes*. São Paulo: Nobel, 2002.
- PINSKY, Jaime. *A escravidão no Brasil*. 21. ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- PRIORI, Mary Del. *Histórias íntimas: Sexualidade e erotismo na história do Brasil*. São Paulo: Planeta, 2014.
- REIS, Maria Firmina. *Úrsula e outras obras*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2019.
- SANTOS, Vilson Pereira dos. *Técnicas da tortura: punições e castigos de escravos no Brasil escravista*. In: Enciclopédia Biosfera, Centro Científico Conhecer, Goiânia, v. 9, N. 16; p. 2393-2408, 2013.